Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira
	Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F672 Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas [livro eletrônico] : Volume 2: O Caso da Alta Mogiana / Organizadores Rubmara Ketzer Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-17-8
DOI 10.37572/EdArt_060826178

1. Indicações geográficas. 2. Marcas coletivas. 3. Alta Mogiana (SP). I. Ketzer Oliveira, Rubmara. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 341.758

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto **"Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros"**, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os organizadores e autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, visitas técnicas, análises, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular origem, identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade ambiental, produtiva e sociocultural, esses mecanismos assumem papel estratégico ao reconhecer singularidades locais, fortalecer arranjos produtivos, estimular a cooperação entre os atores e promover formas coletivas de agregação de valor.

Esta obra dá continuidade às reflexões iniciadas no primeiro volume, dedicado à Serra da Canastra e à experiência de consolidação do Queijo Canastra como produto de origem reconhecida. Se naquele contexto a análise se concentrou nas relações entre tradição, patrimônio cultural, organização produtiva e reconhecimento territorial, o presente volume volta-se à Alta Mogiana, região historicamente vinculada à cafeicultura e reconhecida pela produção de cafés especiais de elevada qualidade.

Ao longo de seus 14 capítulos, este Volume II reúne estudos que analisam a Indicação Geográfica Alta Mogiana sob diferentes perspectivas, integrando contribuições da história, geografia, agronomia, economia, administração, gestão, educação, inovação, sustentabilidade, comunicação e comportamento do consumidor. O conjunto evidencia que uma Indicação Geográfica não se limita à delimitação de um território ou à concessão de um registro formal. Sua consolidação depende da interação entre recursos naturais, conhecimentos produtivos, instituições, estratégias de governança, relações de mercado e significados construídos coletivamente.

Os capítulos iniciais recuperam a trajetória histórica da **Indicação Geográfica Alta Mogiana** a partir da visão de seus pioneiros e do engajamento dos stakeholders que participaram de sua construção. Em seguida, a obra aborda os processos de

uso e ocupação do território, as transformações econômicas e sociais da região e as possibilidades de integração entre cafeicultura, Indicação Geográfica, desenvolvimento territorial e turismo. A caracterização ambiental complementa essa leitura ao apresentar as dinâmicas de uso e cobertura da terra, as condições climáticas e edáficas e os desafios relacionados à conservação dos atributos naturais que sustentam a qualidade e a identidade dos cafés produzidos na região.

Na sequência, o livro amplia a análise para o sistema agroindustrial do café no Brasil, situando a Alta Mogiana em um contexto marcado por transformações produtivas, mudanças regulatórias, exigências socioambientais e novas tendências de consumo. A discussão sobre território, qualidade e reputação demonstra como a origem geográfica, a tradição produtiva e as condições edafoclimáticas contribuem para a diferenciação do café e para a construção de confiança junto ao mercado. A Indicação Geográfica assume, assim, o papel de sinal de procedência e autenticidade, capaz de reduzir incertezas e ampliar o valor percebido dos produtos associados ao território.

Outro eixo central da obra refere-se ao papel das instituições públicas, das entidades de fomento e dos mecanismos de gestão na estruturação e no fortalecimento da Indicação Geográfica. Os capítulos dedicados a essa temática evidenciam que a consolidação da Alta Mogiana resulta de esforços articulados envolvendo regulamentação, assistência técnica, organização dos produtores, formação da governança e preparação dos empreendimentos para o mercado. A aplicação de ferramentas de gestão estratégica permite identificar forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, além de propor ações voltadas à ampliação da adesão à IG, à valorização da origem e ao fortalecimento da coordenação institucional.

A governança territorial também é examinada a partir dos desafios decorrentes da sobreposição entre a Indicação de Procedência Alta Mogiana e a Indicação de Procedência Sudoeste de Minas. Essa situação revela tensões entre os limites estabelecidos pelas normas, os vínculos de pertencimento e as identidades construídas historicamente pelos atores locais. Ao mesmo tempo, demonstra que áreas de interseção podem representar tanto riscos de fragmentação institucional quanto oportunidades para a cooperação, o diálogo e a construção de arranjos compartilhados de valorização territorial.

A obra avança na compreensão da Indicação Geográfica como um possível ecossistema de inovação. Nessa perspectiva, sua capacidade de gerar novos conhecimentos, arranjos produtivos e formas de organização depende da qualidade das relações entre os atores, da gestão dos conflitos, da mediação das assimetrias de poder e da construção de objetivos compartilhados. A inovação territorial não decorre automaticamente da certificação, mas da capacidade coletiva de transformar recursos, conhecimentos e vínculos institucionais em novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse processo, a educação profissional ocupa posição estratégica. A formação técnica vinculada às especificidades da cafeicultura regional contribui para integrar conhecimentos científicos e saberes tradicionais, qualificar a mão de obra, fortalecer a identidade produtiva e preparar profissionais para atuar em uma cadeia cada vez mais orientada pela qualidade, sustentabilidade e inovação. A aproximação entre educação, território e sistema produtivo amplia as possibilidades de inserção profissional e contribui para a continuidade dos conhecimentos e práticas associados à cafeicultura da Alta Mogiana.

Os desafios da sustentabilidade são abordados por meio da análise das relações entre Indicações Geográficas, certificações de qualidade, normas voluntárias, neutralidade de carbono e novas exigências ambientais. Os estudos demonstram que esses instrumentos possuem objetivos distintos, embora possam atuar de forma complementar na agregação de valor, na rastreabilidade e na melhoria do desempenho socioambiental da cadeia. A agricultura regenerativa é apresentada tanto como conjunto de práticas voltadas à conservação do solo, da água e da biodiversidade quanto como narrativa de diferenciação e fortalecimento da identidade territorial.

Nos capítulos finais, a obra desloca o olhar para a comunicação e para o consumidor. As narrativas presentes nas embalagens dos cafés especiais revelam como tradição familiar, território, sustentabilidade, qualidade sensorial e afetividade são mobilizados na construção de valor simbólico. O café passa a comunicar não apenas atributos físicos, mas histórias, memórias, paisagens e modos de vida associados à Alta Mogiana. Essa dimensão é complementada pela análise das emoções e motivações envolvidas no consumo, demonstrando que a experiência com o café reúne benefícios funcionais, estímulos sensoriais, lembranças e significados que influenciam a percepção e a valorização do produto.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar a trajetória da Indicação Geográfica Alta Mogiana, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores, associações, cooperativas, instituições de ensino e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas no Brasil.

Esperamos que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico, apoiar a construção de estratégias coletivas e inspirar novas iniciativas em territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

HISTÓRIA DA IG ALTA MOGIANA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS: UMA ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS

Renata A Forato
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261781

CAPÍTULO 2 ..... **9**

USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO ALTA MOGIANA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATUAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Carlos Eduardo de Freitas Vian

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261782

CAPÍTULO 3 ..... **26**

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS DE USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Anderson Victor dos Santos
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261783

CAPÍTULO 4 ..... **50**

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Marcelo Marques de Magalhães
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261784

CAPÍTULO 5 82

TERRITÓRIO, QUALIDADE E REPUTAÇÃO: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ALTA MOGIANA

Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261785

CAPÍTULO 6 93

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Junior
Benedito Donizetti dos Santos
Carlos Reys Vukomanovi
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Ricardo Moncorvo Tonet
Vivaldo Alberto Viganó
Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
João Paulo R. Arciprete
Simone Goldman Batistic Ribeiro

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261786

CAPÍTULO 7 107

GESTÃO ESTRATÉGICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O CASO DA ALTA MOGIANA

Maria Eduarda Fernandes Ignácio
Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261787

CAPÍTULO 8.....**124**

ENTRE A SOBREPOSIÇÃO NORMATIVA E A IDENTIDADE: DESAFIOS DE GOVERNANÇA ENTRE A IP ALTA MOGIANA E A IP SUDOESTE DE MINAS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Everlysy dos Santos Messas Valerio
Débora Dias Panicachi
Eduardo Eugênio Spers
Francisco José Mitidieri

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261788

CAPÍTULO 9..... **146**

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Fábio Nazhar
Felipe Mendes Borini
José Afonso Mazzon
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261789

CAPÍTULO 10.....**163**

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO FORTALECIMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Anderson Victor dos Santos
Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617810

CAPÍTULO 11.....**178**

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DO CAFÉ: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE, NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE E NEUTRALIDADE DE CARBONO

Danielle Mendes Thame Denny
Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617811

CAPÍTULO 12 206

A PRÁTICA DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617812

CAPÍTULO 13 218

O CAFÉ COMO NARRATIVA: STORYTELLING, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NOS CAFÉS DA ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Sabrina Godinho Rebouças
Breno Rodrigues Acacio
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617813

CAPÍTULO 14 238

AS EMOÇÕES E MOTIVAÇÕES NO CONSUMO DE CAFÉ

Laleska Rossi Moda
Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617814

SOBRE OS ORGANIZADORES 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

CAPÍTULO 9

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Fábio Nazhar
IFSP e FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-4047-8968
http://lattes.cnpq.br/3344019944224399

Felipe Mendes Borini
FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-1389-136X
https://lattes.cnpq.br/6635164249130002

José Afonso Mazzon
FEA/USP
https://orcid.org/0000-0003-1556-520X
https://lattes.cnpq.br/1210919727653975

Eduardo Eugênio Spers
Escola Superior de Agricultura
"Luiz de Queiroz"
Universidade de São Paulo
https://orcid.org/0000-0002-8057-3460
http://lattes.cnpq.br/7800954800978254

RESUMO: As Indicações Geográficas têm sido amplamente analisadas como instrumentos de proteção da origem, diferenciação mercadológica e valorização territorial. Este capítulo propõe um deslocamento analítico ao tratá-las como possíveis ecossistemas de inovação, nos quais múltiplos atores mobilizam recursos, conhecimentos e capacidades para produzir, sustentar e capturar valor. Nessa perspectiva, a generatividade é compreendida como a capacidade do território de produzir novas combinações organizacionais, institucionais e produtivas, não como efeito automático da certificação, mas como resultado que depende da qualidade da governança, da mediação dos conflitos, do modo como as assimetrias de poder são administradas e pela construção de uma proposta de valor compartilhada. Argumenta-se que os conflitos, longe de constituírem apenas disfunções, expressam disputas por legitimidade, representatividade, controle de recursos e apropriação de benefícios. Quando mal mediados, eles podem restringir a integração entre os atores, enfraquecer a interdependência e comprometer a complementaridade necessária à inovação sistêmica. Com base em observações e entrevistas no território da Alta Mogiana, Indicação de Procedência de café reconhecida pelo INPI, o capítulo examina como identidades territoriais, arranjos institucionais e relações de poder moldam a capacidade generativa das IGs. Conclui-se que a inovação territorial depende menos do reconhecimento formal da origem e mais da construção de mecanismos coletivos capazes de coordenar interesses, processar disputas e ampliar a participação efetiva dos diferentes grupos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: poder; conflito; generatividade; governança territorial; ecossistema de inovação.

ABSTRACT: Geographical Indications have been widely analyzed as tools for protecting origin, market differentiation, and territorial development. This chapter proposes a shift in perspective by treating them as potential innovation ecosystems, in which multiple actors mobilize resources, knowledge, and capabilities to produce, sustain, and capture value. From this perspective, generativity is understood as the territory's capacity to produce new organizational, institutional, and productive combinations – not as an automatic effect of certification, but as an outcome that depends on the quality of governance, conflict mediation, how power asymmetries are managed, and the construction of a shared value proposition. It is argued that conflicts, far from being merely dysfunctions, express disputes over legitimacy, representativeness, control of resources, and the appropriation of benefits. When poorly mediated, they can restrict integration among actors, weaken interdependence, and compromise the complementarity necessary for systemic innovation. Based on observations and interviews in the Alta Mogiana region – home to a coffee Geographical Indication (GI) recognized by the INPI – this chapter examines how territorial identities, institutional arrangements, and power relations shape the generative capacity of GIs. It concludes that territorial innovation depends less on formal recognition of origin and more on the construction of collective mechanisms capable of coordinating interests, resolving disputes, and expanding the effective participation of the different groups involved.
KEYWORDS: power; conflict; generativity; territorial governance; innovation ecosystem.

1. INTRODUÇÃO

Mais do que um atributo do território ou um efeito automático da certificação, a generatividade é a capacidade do ecossistema de produzir novas combinações, novos arranjos e novas possibilidades de ação a partir das interações entre seus atores. Trata-se, portanto, de um fenômeno que depende de condições relacionais e institucionais, entre as quais se destacam a qualidade da governança, a gestão dos conflitos e o modo como assimetrias de poder são mediadas no território (Stranieri *et al*., 2023; Pham & Marie-Vivien, 2021).

Nessa perspectiva, o conflito não deve ser interpretado apenas como disfunção ou desvio. Em territórios de IG, ele expressa frequentemente disputas pelo poder, definição de padrões, controle de recursos, hierarquização de saberes e influência na distribuição dos benefícios associados à reputação territorial. Quando tais disputas permanecem concentradas ou mal processadas institucionalmente, tendem a limitar a integração entre os atores, enfraquecer relações de interdependência e reduzir a complementaridade necessária à inovação sistêmica. O problema, portanto, não reside na simples existência do conflito, mas na forma como ele é incorporado ou bloqueado pela governança do ecossistema (Pham & Marie-Vivien, 2021; Mancini *et al*., 2022).

O território da Alta Mogiana, reconhecido como IG desde 2013, possui relações entre produtores, organizações representativas, instituições de apoio e mecanismos de coordenação que tanto podem favorecer quanto restringir processos de inovação. Assim, tomar a Alta Mogiana como referência ao longo do capítulo permite situar empiricamente uma questão mais ampla: em que condições a governança territorial consegue transformar diferenciação de origem em capacidade generativa, e em que condições ela apenas reproduz assimetrias preexistentes?

Este capítulo contribui para a literatura ao propor a generatividade como resultado emergente da interação entre governança, conflito e poder em territórios de IG, ampliando abordagens que tratam as IGs predominantemente como mecanismos de diferenciação mercadológica.

O ponto central deste capítulo é que a capacidade generativa de um território de IG depende, em grande medida, de como essas assimetrias e conflitos são governados. Quando a estrutura decisória é frágil, concentrada ou capturada por poucos atores, a cooperação territorial tende a se tornar instrumental e limitada. Em contrapartida, quando o território dispõe de mecanismos mais transparentes de mediação, regras legítimas de representação e maior equilíbrio entre organizações concorrentes, a governança pode converter conflito em aprendizagem institucional, em vez de permitir que ele degrade a capacidade coletiva de coordenação.

As Indicações Geográficas (IGs) são tratadas como instrumentos de proteção da origem e de diferenciação mercadológica. Essa leitura, embora relevante, é insuficiente para explicar os processos que sustentam a coordenação entre atores, a produção de valor coletivo e o surgimento de trajetórias inovadoras. As regiões com reconhecimento de IG são complexas, o que dificulta a real compreensão sobre os aspectos que influenciam o seu desempenho, especialmente aqueles vinculados às configurações relacionais formadas pelos atores do território e seus interesses.

Esse cenário é especialmente relevante porque a literatura sobre IGs frequentemente enfatiza seus benefícios potenciais sem dedicar a mesma atenção às tensões internas que atravessam sua construção e operação. Em contextos marcados por heterogeneidade produtiva, desigualdade de recursos e disputas por legitimidade, a governança deixa de ser um aspecto procedimental e passa a constituir uma dimensão central do desempenho territorial. Nesses casos, a forma como regras são definidas, decisões são tomadas e interesses são representados influencia diretamente a capacidade do arranjo de sustentar coordenação, cooperação e aprendizagem coletiva (Mancini *et al*., 2022; Pham & Marie-Vivien, 2021).

É a partir desse problema que o capítulo se organiza. O argumento central é que a capacidade generativa das IGs não decorre automaticamente do reconhecimento formal da origem, mas da qualidade das relações que estruturam o ecossistema territorial. Em outras palavras, interdependência, complementaridade e generatividade não são propriedades dadas; são resultados contingentes de arranjos de governança que podem ampliar ou restringir a inovação sistêmica, conforme a maneira pela qual administram poder, conflito e representação no território.

2. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Embora sejam tradicionalmente associadas à proteção da origem e à diferenciação de produtos, as Indicações Geográficas (IGs) podem ser compreendidas de forma mais ampla, como arranjos territoriais que articulam atores, instituições e regras em torno de objetivos coletivos. Essa perspectiva permite analisar não apenas seus efeitos mercadológicos, mas também os processos de coordenação, aprendizagem e inovação que emergem nos territórios.

A literatura sobre ecossistemas oferece contribuições relevantes. Gomes *et al*. (2021) observam que o conceito passou por uma ampla difusão em diferentes áreas do conhecimento, muitas vezes sendo utilizado de forma genérica para descrever redes ou conjuntos de organizações. Para os autores, sua utilidade analítica depende da capacidade de identificar relações de interdependência que influenciam a criação e a captura de valor. Assim, mais do que a simples existência de múltiplos atores, o que caracteriza um ecossistema é a presença de complementaridades e mecanismos de coordenação que conectam seus participantes.

Essa interpretação aproxima-se da abordagem desenvolvida por Adner e Kapoor (2010), que destacam a importância das interdependências entre organizações para o sucesso de processos inovadores. Posteriormente, Adner (2017) propõe compreender os ecossistemas como estruturas formadas por atividades e atores alinhados em torno de uma proposta de valor. O foco, portanto, desloca-se dos atributos isolados das organizações para as relações que sustentam sua atuação conjunta.

Aplicada às Indicações Geográficas, essa abordagem permite compreender que seu funcionamento depende da interação entre produtores, associações, instituições de pesquisa, órgãos públicos e demais organizações ligadas ao território. A IG deixa de ser vista apenas como um instrumento jurídico de proteção da origem e passa a ser entendida como um arranjo institucional capaz de coordenar práticas produtivas, estabelecer padrões de qualidade, fortalecer identidades territoriais e promover formas coletivas de ação.

Essa interpretação também encontra respaldo na definição de ecossistema de inovação proposta por Granstrand e Holgersson (2020), segundo a qual os ecossistemas são constituídos por atores, atividades, instituições e relações que influenciam processos de inovação. A contribuição dessa definição está em reconhecer que a inovação não resulta exclusivamente de avanços tecnológicos, mas também de mudanças organizacionais, institucionais e relacionais.

No contexto das IGs, isso significa que a inovação pode se manifestar por meio da criação de novos mecanismos de governança, da revisão de critérios de qualidade, da disseminação de conhecimentos técnicos ou da articulação entre saberes locais e conhecimentos científicos. O elemento central não é apenas a introdução de novidades, mas a capacidade do território de construir formas de coordenação que favoreçam a aprendizagem coletiva e a geração de valor.

Estudos recentes reforçam essa perspectiva. Stranieri *et al*. (2023) demonstram que os efeitos das IGs sobre a inovação dependem das capacidades existentes nos territórios (especificamente da distância em relação à fronteira tecnológica) e das condições institucionais que sustentam a cooperação entre os atores. De forma semelhante, Mancini *et al*. (2022) argumentam que a geração de benefícios está associada não apenas às regras formais das IGs, mas também à qualidade da colaboração entre produtores certificados e sua disposição para compartilhar conhecimento e recursos.

Dessa forma, algumas Indicações Geográficas podem ser interpretadas como ecossistemas territoriais de inovação, caracterizados pela articulação entre recursos locais, instituições e atores diversos. Essa perspectiva não pressupõe que toda IG seja necessariamente inovadora, mas oferece um referencial analítico útil para compreender em quais condições esses arranjos territoriais favorecem a cooperação, a aprendizagem e a criação de valor coletivo.

No caso da Alta Mogiana, essa abordagem permite examinar como os atributos de um ecossistema manifestam-se no território e de que forma estes contribuem para o sucesso ou fracasso da IG, especialmente no que tange à capacidade do território em gerar inovações sistêmicas em uma estrutura que contemple interdependência clara, complementariedade e proposta de valor compartilhada entre os atores.

3. GENERATIVIDADE E IG

Nos territórios de Indicação Geográfica, a governança não se resume à administração de regras técnicas. Ela envolve a definição de quem participa das decisões, quem representa legitimamente a coletividade, quem influencia a redação e a interpretação

das normas e quem se apropria dos benefícios materiais e simbólicos associados à IG. Por essa razão, a governança deve ser compreendida como arena política, atravessada por relações assimétricas de poder. Em arranjos territoriais dessa natureza, decisões aparentemente técnicas, como critérios de inclusão, padrões de qualidade, mecanismos de controle e formas de uso do nome geográfico, frequentemente expressam disputas mais profundas sobre autoridade, reconhecimento e distribuição de valor.

Essas assimetrias tendem a se manifestar de várias maneiras. Em primeiro lugar, há diferenças de capacidade organizativa e de influência entre atores que ocupam posições distintas no território, como associações ligadas diretamente à IG, entidades comerciais, sindicatos, cooperativas, intermediários, exportadores e instituições públicas. Em segundo lugar, mesmo quando existem instâncias formais de participação, certos grupos conseguem exercer liderança informal mais intensa, seja por deterem maior capital econômico, seja por controlarem informações estratégicas, canais de comercialização ou relações privilegiadas com agentes externos. Nesses casos, a governança formal pode coexistir com decisões concentradas, nas quais alguns atores, mesmo sem excluir os demais de maneira explícita, conseguem influenciar mais fortemente a pauta, as prioridades e a forma de decidir as questões coletivas.

A literatura mostra, nesse sentido, que representatividade não equivale automaticamente a equidade. Marie-Vivien *et al*. (2019) observam que a ampliação da participação na elaboração e na gestão da IG não elimina, por si só, controvérsias relativas à heterogeneidade dos atores, à transparência das decisões e ao uso da organização coletiva em favor do bem comum. Em contextos territoriais complexos, a coexistência entre associações de produtores, entidades de defesa comercial, sindicatos e outros organismos tende a produzir sobreposição de competências, disputas por legitimidade e conflitos quanto à condução estratégica da IG. Tais conflitos não são marginais, eles dizem respeito ao controle da direção política do território.

Nesse quadro, a liderança informal adquire relevância particular. Embora a governança territorial se estruture por meio de conselhos, associações ou comitês, a capacidade efetiva de coordenação costuma depender também de atores que, independentemente do cargo formal, acumulam prestígio, capital relacional e reconhecimento local. Esses atores podem desempenhar papel decisivo na mediação de controvérsias e na construção de consensos mínimos, mas também podem reforçar hierarquias existentes, sobretudo quando a autoridade informal se combina com capacidade econômica ou controle institucional. Assim, a liderança informal pode tanto estabilizar a ação coletiva quanto restringir a renovação do arranjo de governança.

Os conflitos entre organizações territoriais são comuns e se apresentam como uma manifestação natural visando a disputa pelo poder de definição, algumas vezes visando interesses coletivos, e outras, por interesses individuais, o que é, neste caso, prejudicial para o território. Associações diretamente vinculadas à IG podem defender critérios de proteção mais estritos, enquanto entidades comerciais podem priorizar expansão de mercado, sindicatos podem enfatizar interesses corporativos específicos e outros atores territoriais podem disputar reconhecimento, recursos ou capacidade de influência. Quando essas diferenças não encontram canais institucionais adequados de processamento, o resultado tende a ser uma fragmentação decisória, redução da confiança e enfraquecimento da coordenação coletiva. Em vez de complementaridade, consolida-se uma interdependência tensa, pouco propícia à inovação sistêmica.

4. METODOLOGIA

Este capítulo utiliza uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, estruturada como um estudo de caso único focado no território da Alta Mogiana. A escolha desta abordagem justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos complexos, como generatividade e governança, em seu contexto real, onde as relações entre atores e instituições são fundamentais para o desempenho territorial.

4.1. COLETA DE DADOS

A base empírica deste estudo foi construída por meio de pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2026, envolvendo os principais atores do ecossistema cafeeiro da região. A coleta de dados pautou-se em entrevistas semiestruturadas e observação direta.

O material coletado foi submetido à análise de conteúdo. O processo de análise organizou-se em torno de três categorias teóricas que sustentam a discussão sobre ecossistemas de inovação:

Governança e Interdependência: Mapeamento das estruturas de coordenação formal e informal, identificando os limites da ação coletiva.

Gestão de Conflitos e Poder: Identificação das tensões políticas, assimetrias de recursos e disputas por legitimidade que moldam o arranjo territorial.

Capacidade Generativa: Análise da habilidade do território em produzir novas combinações produtivas, institucionais e de valor compartilhado, superando a fragmentação institucional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. GOVERNANÇA E CONFLITO NA ALTA MOGIANA

A Alta Mogiana é um território em que a governança da IG existe, mas ainda não se estabilizou como coordenação plenamente compartilhada. As evidências mostram que a associação de IG ocupa posição central e atua como principal indutora das ações territoriais, mas essa centralidade não elimina a fragmentação entre instituições, nem produz automaticamente consenso sobre prioridades, estratégias e formas de distribuição de valor. Em vez de uma governança ecossistêmica homogênea, aparece um arranjo em que diferentes atores operam por blocos, com agendas próprias e graus distintos de envolvimento com a IG.

O conflito, nesse contexto, é estrutural. Não se trata de disputa abstrata, mas sim de divergências concretas sobre como avançar, com quem avançar e em qual ritmo. Esse fenômeno pode gerar falta de unidade e dificuldades para a criação de planos que tenham como alvo o fortalecimento da proposta de valor compartilhada.

O conflito opera como uma luta por poder, influência e legitimidade, que limita a integração entre os atores e restringe a complementaridade necessária à inovação sistêmica. Quando instituições mantêm agendas paralelas, quando produtores não se reconhecem mutuamente como parceiros e quando a coletividade não é percebida como vantajosa, o ecossistema perde capacidade de gerar aprendizagens cruzadas e novas combinações organizacionais. A emergência de ambientes inovadores depende de diversidade de atores, compartilhamento de conhecimento, competências colaborativas e clima de confiança. Na ausência desses elementos, a estrutura formal pode existir, mas a generatividade permanece baixa.

No caso da Alta Mogiana, as evidências mostram precisamente esse bloqueio. Há menções a resistências históricas, falta de unidade, competição entre instituições e dificuldade de transformar ações isoladas em ação territorial convergente. Em vez de um campo de cooperação integrada, o que se observa é uma configuração em que o conflito reduz a interdependência e enfraquece a possibilidade de complementaridade entre os atores da IG. Por isso, a inovação que ocorre tende a ficar circunscrita a nichos, projetos específicos ou lideranças muito engajadas, sem se converter plenamente em *output* sistêmico.

As evidências sugerem que a governança da IG é atravessada por assimetrias de poder, tanto entre instituições quanto entre lideranças e bases produtivas. Algumas entrevistas indicam que certos atores conseguem mobilizar mais recursos,

mais visibilidade e mais capacidade de definir a agenda territorial, enquanto outros permanecem periféricos ou mesmo resistentes à lógica associativa. Um dos resultados, é a inércia de muitos produtores do território, que acabam não se envolvendo com as estratégias de nível territorial, focando mais em suas rotinas produtivas diárias.

Também é importante notar que a assimetria não aparece só na dimensão formal, mas na capacidade de narrar o território. A associação tenta construir uma linguagem comum sobre origem, qualidade, pertencimento e agregação de valor, mas outros atores parecem operar com racionalidades mais pragmáticas e de curto prazo, principalmente quando a discussão toca preços, comercialização e captura de valor. Isso cria uma disputa menos visível, porém decisiva: quem define o que a IG é, para quem ela serve e qual benefício ela entrega?

Outro ponto que merece destaque é que a unidade territorial aparece nas entrevistas mais como projeto do que como realidade consolidada. Há discursos que reforçam a existência de "blocos" institucionais, ações paralelas e iniciativas localizadas, mas sem costura suficiente para transformar a IG em um sistema integrado de inovação e valorização territorial. A sensação recorrente é de que há movimento, mas o movimento ainda é segmentado, muito dependente de lideranças individuais e pouco capaz de produzir uma coletividade estável.

Nesse sentido, a revisão da seção é útil porque permite mostrar que o problema central não é a ausência de instituições, e sim a insuficiência de coordenação entre elas. A IG da Alta Mogiana possui associação, produtores, cooperativas, extensão, ensino e ações de formação, mas ainda carece de mecanismos mais eficazes de alinhamento estratégico, mediação de conflitos e construção de propósito comum. Portanto, a generatividade territorial é limitada não pela falta de recursos, mas pela forma como o poder é distribuído e negociado no ecossistema.

O material coletado sugere que a Alta Mogiana possui uma governança ativa, porém fragmentada, fortemente dependente de lideranças específicas e ainda incapaz de consolidar uma coordenação territorial mais integrada entre associação, cooperativa, sindicato, poder público e demais organizações relevantes. Em vez de um arranjo baseado em complementaridade funcional entre diferentes instituições, o que aparece nas falas é uma convivência tensa entre blocos organizacionais com agendas próprias, temporalidades distintas e limitada disposição para construção de estratégias comuns. Essa desintegração institucional é nitidamente percebida pelos atores locais, conforme ilustra o relato de um representante do poder público, que evidencia o distanciamento entre as principais entidades do ecossistema:

> *"Hoje nós temos aqui em Franca três grandes forças do café: a AMSC, o sindicato rural [...] e a COCAPEC. Porém, esse pessoal não estão integrados entre eles. Não vou dizer que tem uma disputa aberta. Não. Mas, com essa desintegração, perde-se força no mercado."* (Entrevistado – Poder Público).

Ainda assim, há um esforço para atrair o interesse de mais atores a fazer parte da associação, com foco no fortalecimento da região por meio da força dos produtores e demais atores do território. O objetivo da associação é construir uma unidade e reduzir os conflitos negativos, aqueles que não contribuem para o crescimento da IG.

Os conflitos, aliás, são um dos aspectos mais evidentes desse quadro. Em alguns momentos, eles surgem de maneira direta, como quando se mencionam questões de alinhamento entre associação, cooperativa e sindicato. Em outros, eles aparecem de forma mais discreta, por meio de referências a "ego", resistências históricas, divisões por blocos institucionais e à dificuldade de constituir uma unidade territorial minimamente convergente.

Uma das entrevistas é particularmente expressiva ao sugerir que há um "conflito de estratégia" entre instituições e atores, cada qual comandando seus próprios eventos, espaços e agendas, o que deixa "um vazio" entre os blocos e impede maior coordenação territorial. Essa dinâmica fica evidente na fala de uma liderança local, que descreve como as iniciativas se isolam:

> *"Quando você fala da AEAGRO, da Alta Café... é um bloco. Só que você tem que olhar no retrovisor e ver que na semana de trás... vai ter o Sim Café da Cocapec, que é outro bloco. [...] Eu nem vejo um conflito de interesses. Eu vejo um conflito de estratégia. [...] Fica um vazio aqui."* (Entrevistado – Produtor e Liderança Associativa).

Esse conflito não deve ser lido apenas como divergência pontual, mas como manifestação de assimetrias de poder e de diferentes lógicas de apropriação de valor. Em discussão interna da equipe, aparece a percepção de que a associação tenta puxar a agregação de valor para a base produtiva, enquanto cooperativas e agentes mais ligados à comercialização tenderiam a operar segundo outra racionalidade, menos comprometida com diferenciação territorial e mais associada à compra de café em condições convencionais de mercado. A fala é relevante porque aponta para uma disputa distributiva subjacente à governança da IG: quem captura valor quando a origem passa a contar mais? Ainda que nem todas as entrevistas formulem essa questão nesses termos, o tema reaparece em diferentes passagens que mostram reservas, cautelas e desconfortos na relação entre instituições. A perspectiva da associação ilustra o esforço de retenção desse valor no território:

> *"O elo da cadeia e do primeiro já ia ficar com a qualidade. Ia ficar pra ele [intermediário/cooperativa] [...] Nosso trabalho é fazer agregar pra cá. Ensina o*

cara a provar, ensina o cara a classificar [...] ele sabe que é melhor, ele quer o ágio pra ele" (Entrevistado – Representante da Associação).

Contudo, essa lógica colide com as práticas de agentes hegemônicos, conforme observa um cafeicultor local sobre a desarticulação comercial:

> *"Nós estamos em uma região onde há um líder de mercado [...]. Para ele não é interessante divulgar [a origem]. A hora que traz a IG, mostra que existem empresas querendo pagar mais. E aí vai surgir o nome [...] A maioria dos produtores estão vinculados a uma grande empresa que não quer ter unidade"* (Entrevistado – Produtor).

Também chama atenção o caráter concentrado da ação coletiva. Há reconhecimento de que a associação exerce papel importante e de que determinadas lideranças "pisam no acelerador" da IG, mas ao mesmo tempo várias falas indicam que faltam mais mãos, mais gente com a mesma energia e maior engajamento efetivo do território. O resultado é uma governança que opera mais por esforço concentrado de poucos atores do que por interdependência institucional estabilizada. O depoimento de uma das lideranças expressa o esgotamento desse modelo concentrado:

> *"A gente tem muito a construir ainda. O que que falta? Eu acho que falta mais pessoas com a mesma energia e com o mesmo potencial que algumas já têm. [...] Faltam mais mãos para fazer isso e muito mais mãos"* (Entrevistado – Produtor e Liderança Associativa).

Outro ponto relevante diz respeito à proposta de valor territorial. Há indícios claros de que a IG ainda não foi plenamente convertida em experiência concreta e reconhecível para consumidores, visitantes e para a própria Franca e região. Entrevistas mencionam a ausência de cafés da região em hotéis, a baixa presença do café como signo visível da cidade, a carência de espaços de demonstração articulados à IG e a perda ou negligência de elementos históricos capazes de ancorar simbolicamente a cafeicultura local. A frustração quanto à invisibilidade do café no meio urbano é evidenciada nas falas de empresários locais:

> *"Não tem um hotel em Franca, da rede hoteleira, que tem um café de qualidade. Nenhum. [...] Se você chegar em Franca agora, que jeito que é a entrada? Um negocinho de 1,20m por 8m. Franca não tem um totem. Não tem um cara lá com uma peneira de café. [...] Você conhece Franca como calçado"* (Entrevistado – Produtor e Empresário).

As tentativas de inserção esbarram na resistência econômica de elos que não valorizam a origem, como complementa outro ator do comércio local:

> *"A indústria hoteleira não quer pagar o preço do meu café. Eles querem de graça, eles querem degustação. [...] Falei: 'gente, vamos trocar a cultura do café de graça pela cultura do café bom'"* (Entrevistado – Torrefador e Dono de Cafeteria).

Sobre o enfoque ecossistêmico, esses achados sugerem que a generatividade da Alta Mogiana permanece limitada. O território possui ativos, organizações, reputação e repertório técnico suficientes para produzir novas combinações econômicas, simbólicas e institucionais, mas essa possibilidade é reduzida pela baixa densidade de interdependência entre atores e pela dificuldade de organizar complementariedades duráveis. Em vez de um ecossistema no qual atores distintos se reconhecem como mutuamente necessários, o que emerge das entrevistas é um cenário em que iniciativas inovadoras continuam excessivamente individualizadas e dependentes de arranjos localizados.

Essa limitação aparece de diferentes formas. Em primeiro lugar, a coletividade ainda não é percebida como vantajosa de maneira suficientemente clara. O associativismo só tende a ganhar força quando os atores percebem ganhos concretos em agir juntos. Quando essa percepção desaparece, predomina a lógica do individualismo. Em segundo lugar, a complementaridade entre atores da cadeia ainda é incompleta. Embora haja movimentos importantes de aproximação entre associação, torrefações, cafeterias, produtores e instituições de apoio, persistem lacunas na articulação com consumidores, hotéis, equipamentos urbanos, espaços de memória e outros dispositivos de valorização territorial. Isso enfraquece a capacidade de a IG gerar efeitos sistêmicos para além do núcleo produtivo.

Em terceiro lugar, a interdependência territorial ainda não alcançou um patamar autenticamente integrado. Há exemplos positivos de parceria e cooperação, inclusive com apoio institucional bem avaliado em alguns contextos específicos, como ações de extensão, formação e aproximação com novos perfis de produtores. No entanto, esses avanços convivem com falas sobre isolamento, falta de apoio entre pares, indiferença às iniciativas alheias e até expectativa velada de fracasso de projetos inovadores. Quando um ator relata que “as unidades” seguem “pelejando” isoladamente, a imagem produzida é a de um território em que a energia empreendedora existe, mas não encontra mecanismos estáveis de reverberação coletiva. Essa sensação de fragmentação é verbalizada por um produtor com atuação no varejo:

> *“O cara fica louquinho pra dar errado, pra dar uma merda, pra falar: ‘nossa, eu sabia que não ia funcionar’. [...] E aí fica as unidades pelejando. Fica eu pelejando, o outro pelejando, o outro pelejando. Fica pelejando”* (Entrevistado – Produtor e Empresário).

Desse modo, a principal consequência analítica não é a inexistência de inovação na Alta Mogiana, mas a sua contenção em níveis menos sistêmicos do que o potencial territorial permitiria. A IG produz identidade, aprendizado, qualificação e alguma articulação, mas ainda encontra dificuldades para transformar esses elementos em uma plataforma territorial mais

generativa, capaz de combinar governança, valorização da origem, convergência estratégica e inovação compartilhada. O problema central, portanto, não é a ausência de ativos, mas a insuficiência de mecanismos coletivos que convertam esses ativos em interdependência produtiva, complementaridade organizacional e visão territorial comum.

5.2. GENERATIVIDADE NA ALTA MOGIANA

Explorar melhor a noção de captura de valor. O capítulo fala muito de criação de valor e menos de captura. Como a literatura de ecossistemas enfatiza ambos os processos, sugiro aprofundar: Quem captura valor na Alta Mogiana? Produtores? Cooperativas? Torrefadores? Intermediários? Exportadores? Essa discussão dialoga diretamente com o tema do poder.

A generatividade pode ser entendida como a capacidade de um ecossistema produzir novas combinações de valor a partir da interação entre seus atores, e não apenas como a soma de iniciativas isoladas. Em ecossistemas de inovação, ela depende da qualidade das relações, da circulação de conhecimento, da confiança e da presença de mecanismos de governança que tornem possível coordenar interesses distintos sem suprimir a diversidade. No campo das IGs, isso significa que o selo, por si só, não gera inovação sistêmica, mas apenas cria uma arquitetura institucional que pode, ou não, ser convertida em dinamismo territorial.

Na Alta Mogiana, esse ponto aparece com nitidez. As entrevistas mostram que a região reúne tradição, reputação, capacidade técnica e institucionalidade mínima, mas a passagem desses ativos para um padrão mais generativo ainda é desigual, porque a governança é fragmentada, os conflitos permanecem ativos e a proposta de valor territorial não se estabilizou como linguagem comum. O resultado é um território com alto potencial de geração de valor, mas com conversão incompleta desse potencial em inovação compartilhada.

A capacidade de gerar inovação depende de arranjos capazes de produzir narrativas mobilizadoras, modelos distribuídos de ação e coordenação entre participantes com posições diferentes no ecossistema. Em termos práticos, isso exige não apenas instituições formais, mas também legitimidade, confiança e mediação de conflitos, porque a generatividade não emerge em contextos de fechamento relacional ou captura de agenda por poucos atores. Quando há assimetria de poder, a cooperação tende a se tornar frágil, e a inovação passa a depender de lideranças individuais em vez de uma infraestrutura coletiva estável.

Esse argumento se ajusta bem ao caso da Alta Mogiana. As entrevistas indicam que há iniciativas formativas, articulações institucionais e ações voltadas à valorização

da origem, mas o território ainda não consolidou um núcleo de coordenação capaz de integrar interesses dispersos e traduzir a IG em projeto territorial comum. O que aparece, em muitos momentos, é uma governança de baixa densidade coletiva, sustentada por esforços concentrados, com forte dependência de lideranças e baixa capilaridade entre atores econômicos, simbólicos e institucionais.

A Alta Mogiana apresenta um conjunto expressivo de ativos territoriais que sustentam sua relevância como Indicação Geográfica do café. Nas entrevistas, a região é reiteradamente associada à tradição cafeeira, à qualidade do produto, à reputação construída ao longo do tempo e ao potencial de diferenciação do território, elementos que conferem densidade simbólica e econômica à IG. A associação entre origem, qualidade e identidade aparece de forma recorrente, inclusive na percepção de atores locais que definem a indicação geográfica como garantia e qualidade, ao mesmo tempo em que reconhecem que ela oferece uma linguagem territorial capaz de afirmar pertencimento e singularidade regional.

Esse potencial não se restringe à dimensão produtiva. As entrevistas mostram que a Alta Mogiana conta com uma base institucional relativamente robusta, com protagonismo da associação, atuação de parceiros importantes como o Sebrae, além de um esforço visível de formação, treinamento e mobilização em torno da IG. A associação relata dezenas de ações voltadas a pertencimento, qualidade, turismo, capacitação e comunicação, com forte presença de cursos, workshops e atividades formativas, o que indica uma tentativa consistente de ampliar a apropriação territorial da IG, sobretudo entre pequenos e médios produtores e entre marcas locais de café torrado. A densidade dessa agenda é confirmada pelos gestores do território:

> *"Ano passado a gente fez umas 50 ações, esse ano a gente fez mais de 60 ações. Que englobam IG, turismo, pertencimento, comunicação, qualidade e dessas 60 ações a gente tem mais de 50% formativas. [...] curso de torra, curso de classificação, mentoria sobre exportação, mentoria sobre irrigação, dias de campo com palestras"* (Entrevistado – Representante de Associação).

Ainda assim, o potencial territorial da Alta Mogiana convive com uma sensação de incompletude. A própria associação reconhece que, mesmo após mais de uma década do reconhecimento, o território ainda está "engatinhando" em termos de entendimento, convencimento e agregação de valor, tanto para produtores quanto para consumidores. Esse diagnóstico é reforçado por falas que apontam que a região possui forte tradição e elevado nível técnico na produção, mas continua com baixa tradução dessa força em posicionamento mercadológico, valorização da origem e experiência territorial integrada. Em outras palavras, há ativos abundantes, mas sua conversão em proposta

coletiva de valor ainda é parcial. O diagnóstico institucional reflete a morosidade desse amadurecimento cultural:

> *"Apesar de a Alta Mogiana ter essa história muito longa, quando a gente fala de IG, a gente ainda está engatinhando. [...] a gente ainda está nesse processo de convencimento, de entendimento, de agregação de valor, tanto para o produtor, quanto para o consumidor"* (Entrevistado – Representante de Associação).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões são consistentes, mas poderiam terminar com uma proposição teórica e conceitual mais forte. Exemplo: "Os resultados sugerem que a capacidade generativa de uma IG depende menos do reconhecimento formal da origem e mais da capacidade da governança territorial de transformar conflito em complementaridade e poder em coordenação."

A principal implicação analítica deste estudo é que a Indicação Geográfica não deve ser tratada como resultado final do desenvolvimento territorial, mas como uma infraestrutura institucional cuja eficácia depende da qualidade das relações que consegue organizar no território. Sob a lente dos ecossistemas de inovação, o valor da IG não reside apenas em seu reconhecimento formal, mas em sua capacidade de articular atores heterogêneos, produzir interdependências funcionais e sustentar *outputs* coletivos que ultrapassem a ação isolada de produtores, associações ou cooperativas. Quando essa articulação não se consolida, a IG tende a preservar reputação e identidade, mas com capacidade reduzida de gerar inovação sistêmica e aprendizagem compartilhada.

As entrevistas da Alta Mogiana reforçam esse ponto ao mostrar que o território possui ativos importantes: identidade regional, tradição cafeeira, base associativa, ações formativas e reconhecimento da qualidade, mas ainda opera com baixa densidade de complementaridade entre seus atores. O conflito, nesse contexto, não pode ser interpretado como desvio pontual da governança, e sim como variável constitutiva da dinâmica territorial, uma vez que expressa disputas por agenda, legitimidade, centralidade e apropriação de valor. Assim, a generatividade aparece como fenômeno dependente da forma como a governança lida com poder, interdependência e coordenação, e não como efeito automático da mera existência de uma origem certificada.

Uma segunda implicação analítica é que a assimetria de poder não atua apenas como obstáculo distributivo, mas como fator que modela a própria arquitetura relacional do ecossistema. Em contextos nos quais poucos atores concentram capacidade de mobilização, narrativa e decisão, a cooperação tende a se tornar contingente, personalizada

e vulnerável à descontinuidade, o que dificulta a consolidação de rotinas coletivas e de estratégias territorialmente convergentes. Isso ajuda a explicar por que, na Alta Mogiana, iniciativas relevantes coexistem com fragmentação institucional, baixa unidade e limitada conversão da IG em proposta de valor tangível para diferentes públicos. Em termos analíticos, o território sugere que governança formal sem coordenação robusta produz reconhecimento, mas não necessariamente generatividade elevada.

Dessas constatações decorre uma agenda de governança centrada menos em expandir o selo e mais em qualificar as condições relacionais do território. A primeira frente diz respeito à construção de mecanismos mais consistentes de coordenação interinstitucional, capazes de reduzir a lógica de blocos paralelos entre associação, cooperativa, sindicato, poder público e demais organizações relevantes. Isso implica criar espaços de deliberação recorrente, com regras mais claras de participação, definição de prioridades e gestão de divergências, de modo que o conflito deixe de operar apenas como força de fragmentação e passe a ser processado como elemento normal de uma governança madura. A gestão da interdependência é decisiva para a produção de resultados coletivos, sobretudo quando os participantes são heterogêneos e mantêm diferentes posições no sistema.

A segunda frente envolve o fortalecimento de complementariedades. As entrevistas mostram que a Alta Mogiana já avançou ao incorporar torrefações, microtorrefações, cafeterias e ações formativas, mas ainda carece de maior integração com consumidores, hotéis, equipamentos urbanos, espaços de memória e dispositivos de visibilidade territorial. Em ecossistemas de inovação, complementariedade não é simples coexistência de atores, mas acoplamento funcional entre competências, canais, narrativas e recursos. Por isso, uma agenda de governança consequente precisa ampliar os pontos de contato entre produção, consumo, turismo, educação e identidade territorial, sob pena de manter a IG restrita ao interior da cadeia produtiva, sem maior reverberação sistêmica.

A terceira frente refere-se à produção de uma proposta de valor territorial compartilhada. A Alta Mogiana possui força simbólica, mas ainda não foi plenamente convertida em experiência territorial legível e reconhecível no espaço urbano, nos serviços locais e nos canais de mediação com o público. Isso enfraquece a capacidade do território de transformar identidade em coordenação e reputação em valor distribuído. Uma agenda de governança, portanto, precisa enfrentar o desafio de tornar a IG mais visível, inteligível e útil para atores além do produtor, articulando *storytelling*, presença territorial, sinalização de origem e mediações de mercado que reforcem a percepção de singularidade da região.

Por fim, a principal contribuição deste capítulo é sugerir que a governança de territórios com IG deve ser analisada não apenas em termos de conformidade institucional, mas em termos de capacidade generativa. Isso desloca o foco do reconhecimento jurídico para a qualidade das relações que o reconhecimento consegue mobilizar, coordenar e estabilizar ao longo do tempo. No caso da Alta Mogiana, a agenda analítica e prática converge para o mesmo diagnóstico: a região dispõe de ativos suficientes para sustentar um ecossistema mais generativo, mas esse potencial continuará limitado enquanto conflito, assimetria de poder, baixa coletividade e complementaridade incompleta seguirem restringindo a construção de um projeto territorial efetivamente compartilhado.

REFERÊNCIAS

Adner, R. (2017). Ecosystem as structure: An actionable construct for strategy. *Journal of Management, 43*(1), 39–58. https://doi.org/10.1177/0149206316678451

Adner, R., & Kapoor, R. (2010). Value creation in innovation ecosystems: How the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. *Strategic Management Journal, 31*(3), 306–333. https://doi.org/10.1002/smj.821

Gomes, L. A. V., Flechas, X. A., Facin, A. L. F., & Borini, F. M. (2021). Ecosystem management: Past achievements and future promises. *Technological Forecasting and Social Change, 171*, 120950. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120950

Granstrand, O., & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation, 90–91*, 102098. https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098

Mancini, M. C., Guareschi, M., Bellassen, V., & Arfini, F. (2022). Geographical indications and public good relationships: Evidence and policy implications. *EuroChoices*. https://doi.org/10.1111/1746-692X.12360

Marie-Vivien, D., Carimentrand, A., Fournier, S., Cerdan, C., & Sautier, D. (2019). Controversies around geographical indications: Are democracy and representativeness the solution? *British Food Journal, 121*(12), 2995–3010. https://doi.org/10.1108/BFJ-02-2019-0142

Pham, B., & Marie-Vivien, D. (2021). Representativeness in Geographical Indications: A comparison between the state-driven and producer-driven systems in Vietnam and France. *Sustainability, 13*(9), 5056. https://doi.org/10.3390/su13095056

Pham, T. T. H., & Marie-Vivien, D. (2022). The impact of geographical indications on the power relations between producers and agri-food corporations. In *Geographical indication and global agri-food: Development and democratization* (pp. 64–78). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429470905-6

Stranieri, S., Orsi, L., De Noni, I., & Olper, A. (2023). Geographical indications and innovation: Evidence from EU regions. *Food Policy, 116*, 102425. https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2023.102425

Zilia, M., Carlucci, M., & Salvati, L. (2026). Intellectual capital for sustainability: Evidence from green patents and Geographical Indications in European regional agricultural systems. *Journal of Intellectual Capital*. https://doi.org/10.1108/JIC-05-2025-0189

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP no 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6963-3074

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8057-3460

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agregação de valor 15, 50, 63, 69, 75, 94, 96, 102, 104, 112, 115, 154, 155, 159, 160, 163, 166, 173, 174, 178, 186, 189, 192, 201, 209, 210, 219, 227, 230, 233, 236
Alta Mogiana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 227, 230, 232, 239, 241, 243, 245
Autenticidade alimentar 219, 233, 236

C

Cadeia do café 51, 58, 75, 92, 171, 178, 179, 180, 184, 185, 189, 192, 193, 199, 211
Café 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 39, 40, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 155, 156, 159, 164, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246
Café especial 1, 2, 3, 6, 7, 59, 69, 82, 109, 121, 164, 209, 210, 219, 224, 225, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Cafeicultura 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 74, 75, 77, 78, 82, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 105, 109, 111, 113, 115, 116, 141, 156, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 190, 195, 201, 204, 208, 209, 211, 213, 217, 224, 227, 232
Cafés especiais 1, 2, 3, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 37, 38, 40, 46, 47, 49, 58, 59, 61, 68, 69, 72, 77, 82, 84, 90, 91, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 139, 141, 163, 165, 173, 174, 180, 181, 195, 201, 206, 207, 208,

211, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 243, 244, 245
Carbono orgânico 26, 27, 29, 43, 44, 45, 46, 48, 49
Comportamento do consumidor 83, 109, 238
Comunicação mercadológica 219
Conflito 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 148, 149, 153, 155, 160, 161, 162
Consumo simbólico 219, 236, 237
Coordenação 22, 51, 52, 59, 61, 75, 76, 92, 96, 97, 108, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 139, 141, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 178, 190, 191, 192, 195, 197, 199

D

Desenvolvimento regional 16, 17, 23, 25, 76, 81, 92, 96, 108, 110, 111
Desenvolvimento territorial 9, 11, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 77, 78, 92, 94, 100, 103, 105, 106, 123, 141, 145, 160, 164, 170, 174, 176, 177, 184, 200
Diferenciação mercadológica 108, 109, 112, 120, 146, 148, 178, 189, 192, 206, 207, 212, 228

E

Economia da experiência 219, 236, 237
Ecossistema de inovação 146, 150
Educação rural 164
Emoções 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246
Empreendedorismo 94, 173, 175
Engajamento 1, 3, 5, 7, 8, 116, 120, 156, 169, 194, 220
Ensino técnico 164, 167, 168, 174, 175, 176, 177
Extensão rural 60, 77, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106

F

Formação territorial 9, 10, 23

G

Generatividade 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161
Governança 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 61, 77, 78, 94, 95, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 171, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 202, 203, 211

Governança territorial 5, 18, 95, 96, 99, 105, 106, 108, 110, 112, 113, 116, 135, 146, 148, 151, 160, 184, 192

I

Identidade 13, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 37, 47, 49, 76, 90, 100, 103, 105, 109, 110, 111, 112, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 144, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 188, 195, 197, 207, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 237
Identificação Geográfica 1, 5
Indicação Geográfica 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 16, 21, 26, 27, 28, 33, 38, 40, 46, 49, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 143, 144, 145, 150, 159, 160, 163, 165, 166, 170, 176, 199, 206, 207, 208, 215, 238, 244, 245
Indicações Geográficas 2, 9, 11, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 50, 52, 58, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 164, 166, 167, 169, 170, 176, 178, 179, 180, 184, 187, 193, 194, 204, 214, 215, 219, 220, 231, 236, 237, 238

M

Manejo do solo 201, 207, 208, 213
Marketing territorial 122, 219, 231, 233, 236, 237
Mercado mundial de café 51
Motivação 238, 239, 242, 243, 244

N

Neutralidade de carbono 178, 179, 181, 188, 189, 192, 199

O

Origem 4, 6, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 53, 56, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 174, 177, 178, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 208, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 236, 238, 241, 243, 244, 245

P

Planejamento estratégico 97, 108, 109, 110, 118, 120, 175

Poder 6, 7, 16, 124, 127, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 167, 179, 201

R

Regulamentos oficiais 94
Resiliência produtiva 27, 188

S

SAG do café 51, 52, 58, 59, 60, 61, 71, 73, 74, 75
Sensoriamento remoto 27, 29, 42
Setor cafeeiro 51, 52, 111, 113, 115, 142, 144, 169, 170, 173, 174, 178, 181, 185
SSGI 179, 184, 185, 194, 196, 199
Stakeholders 1, 2, 3, 5, 6, 7, 108, 207
Sustentabilidade 5, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 49, 50, 60, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 89, 103, 104, 107, 112, 117, 118, 121, 136, 140, 141, 143, 164, 167, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236

T

Território 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 29, 46, 48, 49, 76, 82, 83, 84, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 170, 176, 177, 178, 184, 185, 187, 191, 194, 197, 200, 206, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 235, 236, 238, 241, 243, 244
Turismo rural 7, 9, 100, 103, 116, 117, 141, 199, 201

V

Variabilidade climática 27, 32

EDITORA ARTEMIS
2026